

Câmara e Senado ainda continuam sem atividade

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A Câmara dos Deputados e o Senado não conseguiram, ontem, retornar às suas atividades normais, depois do "recesso branco" iniciado em 1º de outubro, para que os deputados e senadores pudessem participar da campanha eleitoral em seus Estados. Talvez somente a partir de hoje e amanhã é que, com o início do retorno de parlamentares a Brasília, o Congresso volte a realizar suas sessões ordinárias.

No Senado, nenhum senador apareceu em plenário no horário marcado para o início da sessão, às 14h30. Na Câmara, o deputado Marcelo Linhares (PDS-CE), que desistiu de concorrer à reeleição e se retirou da vida pública, cumpriu o compromisso que assumira com a mesa: pontualmente, às 13 horas, como nos dias anteriores, lá estava em plenário, pronto para abrir a sessão, se houvesse número (mínimo de 45 deputados). Esperou a meia-hora regimental, mas em vão. Só apareceu mais um deputado: o suplente em exercício Ivo Ambrósio (PL-MT). Na casa, segundo a lista da portaria, havia oito. Eram deputados que permaneceram em Brasília ou que foram a

seus Estados apenas para votar, pois deixaram de se candidatar e até mesmo de participar ativamente da campanha eleitoral.

Como nenhum senador esteve em plenário para a abertura dos trabalhos da sessão ordinária de ontem, todas as matérias da ordem do dia foram adiadas para hoje, mas não se acredita que haja quórum provavelmente por toda esta semana.

O presidente do Senado, José Fragelli, estava sendo esperado em Brasília ontem à noite, de regresso da viagem ao seu Estado, Mato Grosso do Sul. Hoje, ele deve acertar com as lideranças partidárias as matérias para votação em urgência, a partir da semana que vem, quando os trabalhos deverão retornar à normalidade.

A secretaria geral da Mesa informou que o Senado deve votar, sem qualquer convocação oficial de esforço concentrado, as matérias de interesse dos Estados e municípios, principalmente para a autorização de empréstimos. Também deve ser votado na próxima semana, no Congresso, o orçamento fiscal da União para o ano de 1987. As lideranças esperam igualmente poder votar o projeto que introduz alterações na Previdência Social.